

Dentro desse contexto é indispensável o estudo dos princípios básicos que norteiam o direito processual do trabalho e sua evolução histórica.

Antes de identificar os procedimentos adotados no Direito Processual do Trabalho, é, relevante o estudo das formas de solução de conflitos extrajudiciais, principalmente arbitragem, inserida recentemente na Reforma Trabalhista.

Analisaremos, também, a competência trabalhista, através do estudo da jurisdição, competência material, territorial, em razão das pessoas, em razão do valor da causa.

Assim, após conhecer a introdução, peculiaridades e competência trabalhista, será iniciada a análise da petição inicial e seus procedimentos adequados a Lei 13467/2017.

Também faz parte da disciplina a análise da resposta do réu, audiência, instrução probatória e natureza conciliatória da Justiça do Trabalho.

Por fim, o aluno aprenderá acerca da sentença trabalhista e suas nuances.

Os demais direitos serão abordados em Direito Processual do Trabalho II.

Tratando-se de uma disciplina híbrida é imperioso sinalizar que a carga horária é composta de créditos presencial e virtual (on-line), com articulação entre a sala de aula presencial e o ambiente virtual.

Ementa

Introdução ao Direito Processual do Trabalho. Conceito. Evolução. Princípios constitucionais aplicáveis ao processo do trabalho. Princípios específicos do processo do trabalho. Conflitos Trabalhistas e formas de solução dos conflitos. A possibilidade da opção pela arbitragem nos dissídios individuais. Do Judiciário Trabalhista: organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do trabalho: competência material e competência territorial. Partes e Procuradores. Litisconsórcio. Sucessão processual. Substituto processual no processo do trabalho. Representação. A figura do preposto. Mandato. Constituição em audiência. Mandato tácito. Assistência judiciária gratuita e gratuidade de justiça. Honorários periciais e honorários de sucumbência. Atos processuais. Prazos. Pje-JT- Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho e nulidades processuais. Procedimentos comuns: sumário, sumaríssimo e ordinário e Especial; Dissídios Individuais. Requisitos da petição inicial. Audiência. Defesas do reclamado. Instrução probatória. Sentença.

Objetivos Gerais

Conhecer as normas inerentes ao processo do trabalho;
Compreender a simplicidade e a informalidade do processo do trabalho frente ao processo civil, identificando os institutos afins e antagônicos, mormente após a entrada em vigor do CPC/15;
Entender o Processo Trabalhista como meio de acesso à justiça;
Examinar o impacto da reforma trabalhista nas questões processuais;
Aplicar as noções teóricas e técnicas aos casos concretos a fim de que o aluno consiga utilizar a teoria lecionada em sala de aula aplicando-o aos casos concretos.

Objetivos Específicos

- Analisar a evolução história do trabalho processual do trabalho e suas peculiaridades dentro do ordenamento jurídico.

- Relacionar os princípios norteadores do Direito Processual Trabalho e saber aplicá-lo na resolução do caso concreto, dentro do cenário atual.

- Identificar as regras gerais e peculiaridades do contrato individual de trabalho;
- Distinguir jurisdição e competência, bem como estudar as espécies de competência trabalhistas e suas especificidades.
- Diferenciar os procedimentos trabalhistas, qual seja, sumário, sumaríssimo, especial e ordinário e suas alterações diante da Lei 13467/2017.
- Conhecer o processamento da petição inicial trabalhista e os efeitos de sua distribuição no processo do trabalho.
- Estudar a natureza conciliatória do processo do trabalho e as nulidades processuais.
- Analisar a audiência trabalhista e a resposta do réu, prazos e procedimentos.
- Relacionar o ônus da prova, instrução probatória, conciliação e por fim a sentença trabalhista.

Conteúdos

Unidade 1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 1.1. Conceito. Evolução. Autonomia 1.2. Princípios constitucionais. 1.3 Princípios norteadores do processo do trabalho

Unidade 2 - SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS 2.1. Formas de solução de conflito: Autodefesa, autocomposição e heterocomposição. A arbitragem nos dissídios individuais após a Lei 13.467/17

Unidade 3 - DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA 3.1. O Poder Judiciário 3.2. Organização, composição e funcionamento da Justiça do Trabalho.3.2 Comissões de conciliação prévia

Unidade 4 - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 4.1. Jurisdição e competência 4.2. Competência em razão da matéria 4.2. Competência em razão das pessoas 4.4. Competência funcional 4.5. Competência territorial 4.6 Prorrogação de competência 4.7 Formas de alegação de incompetência 4.8 Foro de eleição no processo do trabalho

Unidade 5 - PARTES E PROCURADORES 5.1. Partes 5.1.1. Capacidade para ser parte 5.1.2 Capacidade de estar em juízo. 5.1.3 Sucessão processual 5.1.4 Substituição processual. 5.2 Representação e Assistência. 5.2.1. A figura do preposto. 5.3 Capacidade postulatória - jus postulandi 5.4. Mandato. 5.4.1- constituição em audiência. 5.4.2 Mandato tácito 5.4.3. Renúncia 5.5. Litisconsórcio 5.5.1 prazo dos litisconsortes 5.6 Assistência judiciária gratuita e Gratuidade de Justiça 5.6.1 Momento do requerimento 5.6.2. Honorários Advocatícios 5.6.3 Honorários periciais

Unidade 6 - ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS 6.1. Atos processuais 6.1.1. Conceito 6.1.2. Classificação 6.1.3. Comunicação dos atos 6.2. Prazos processuais 6.2.1. Contagem dos prazos 6.2.2. Principais prazos trabalhistas 6.3. Pje-JT: Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho. 6.4. Nulidades processuais 6.4.1. Conceito 6.4.2. Espécies de vícios dos atos processuais 6.4.3. Princípios 6.4.4. Nulidades no Processo do Trabalho 6.5 Perempção trabalhista

Unidade 7 - DISSÍDIO INDIVIDUAL 7.1. Petição inicial. 7.1.2 Requisitos da reclamação trabalhista. 7.1.3 Emenda da petição inicial 7.1.4 Indeferimento da petição inicial 7.2 Procedimentos. 7.2.1 Procedimento sumário ou Ações de Alçada 7.2.2 Procedimento sumaríssimo 7.2.3. Procedimento ordinário 7.4.. Pressupostos processuais 7.5. Audiência 7.5.1. Comparecimento das partes 7.5.2. Proposta conciliatória 7.5.3. Momento processual 7.5.4. Efeitos 7.6. Defesa do reclamado 7.6.1. Oral ou escrita 7.6.2. Contestação 7.6.3. Exceção 7.6.4. Reconvenção 7.7 Fase probatória/Instrução Processual 7.7.1. Ônus da prova no processo de trabalho 7.7.2. Meios de prova 7.8 Honorários periciais e assistentes técnicos. 7.9 Razões finais e renovação da tentativa de conciliação 7.10 Sentença

Procedimentos de Avaliação

No Curso de Direito, a avaliação se dá de forma continuada. Isto é, antes de cada aula o estudante deverá solucionar os casos concretos que se encontram na webaula da disciplina e postar suas respostas no ambiente on line. Após a revisão e autocorreção, o estudante deverá refazer a análise do caso concreto, no ambiente webaula, acrescentando citações doutrinárias e jurisprudenciais. O conjunto dos trabalhos práticos realizados ao longo do período valerão até 1,0 (um) ponto na AV1. A primeira avaliação, ou seja, AV1 terá valor máximo de 9,0 (nove) pontos, acrescidos de até 1,0 (um) ponto, totalizando máximo 10 (dez) pontos.

As AV1, AV2 E AV3 serão realizadas através de provas escritas, contendo questões objetivas e discursivas, sendo, ao menos duas das questões na AV2 e AV3 idênticas ou similares aos casos da coletânea de exercícios.

A soma de todas as atividades (provas escritas e resolução dos casos aula a aula) comporão o grau final de cada avaliação, não podendo ultrapassar o grau máximo de 10 (dez), sendo permitido atribuir valor decimal às avaliações.

A AV1 contemplará o conteúdo da disciplina até a sua realização, incluindo o das atividades estruturadas, nas disciplinas que as contenham. As AV2 e AV3 abrangerão todo o conteúdo da disciplina, incluindo o das atividades estruturadas, se houver.

Para aprovação na disciplina o aluno deverá:

1. Atingir resultado igual ou superior a 6,0, calculado a partir da média aritmética entre os graus das avaliações, sendo consideradas apenas as duas maiores notas obtidas dentre as três etapas de avaliação (AV1, AV2 e AV3). A média aritmética obtida será o grau final do aluno na disciplina.
2. Obter grau igual ou superior a 4,0 em, pelo menos, duas das três avaliações.
3. Frequentar, no mínimo, 75% das aulas ministradas.

Bibliografia Básica

Sergio Pintos Martins. **Manual de Direito do Trabalho**. 12ª edição. São Paulo: Editora Saraiva

Volia Bonfim Cassar. **Direito do Trabalho - De Acordo com a Reforma Trabalhista**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Editora Método

Bibliografia Complementar

Gustavo Filipe Barbosa Garcia. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 5ª edição. Salvador: Editora JusPodivum

MAURO SCHIAVI. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Ltr

Santos, Enoque Ribeiro dos. **Curso de direito processual do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Outras Informações

Informes de jurisprudência do TST e do TRT da 1ª Região